



REDE
DE MONITORAMENTO
CIDADÃO

RELATÓRIO ANUAL
INDICADORES 2017

JOÃO PESSOA

• • • • • • • • • •



RELATÓRIO DOS INDICADORES JOÃO PESSOA

2017



Organizações que compõe a Comissão Executiva da RMC João Pessoa



01

APRESENTAÇÃO

Foto: Dayse Euzébio

Arquivo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, fornecidas pela Secretaria de Comunicação. Não está autorizado o uso comercial das fotos, reprodução e terceirização.

O Relatório Anual de Progresso dos Indicadores (RAPI) é resultado de um processo de coleta e análise de indicadores de sustentabilidade urbana, que se iniciou em junho deste ano e levou cerca de cinco meses para ser concluído. Esse trabalho foi antecedido por uma etapa de estruturação dos instrumentos e métodos a serem utilizados, a qual ocorreu de março a maio deste ano. O trabalho aconteceu no âmbito do Projeto Redes de Monitoramento Cidadão, que conta com o apoio financeiro do Fundo Socioambiental da CAIXA, parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Baobá – Práticas Sustentáveis como Agência Executora.

O documento dá visibilidade a um conjunto mínimo de 132 indicadores-base da metodologia do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como a indicadores locais, definidos pelas Redes de Monitoramento Cidadão (RMC) como importantes a serem monitorados. Estes dados, semaforizados, refletem a situação da cidade em temas que impactam diretamente na sua sustentabilidade e na qualidade de vida de seus moradores, como esgotamento sanitário, mobilidade, segurança e mudanças climáticas.

Este Relatório Anual de Progresso dos Indicadores (RAPI) é fruto de um trabalho coletivo que envolveu diferentes organizações. O processo de coleta dos indicadores junto ao poder público, sua sistematização e análise, foi conduzido pelo Grupo Estratégico de Monitoramento (GE) de cada RMC, em parceria com o Grupo Estratégico de Inteligência e sob a coordenação da Agência Executora. No âmbito dos GEs, foram criados Grupos de Trabalho de Indicadores, que operacionalizaram diretamente as atividades envolvidas para a produção deste RAPI.

O processo de trabalho englobou, em linhas gerais, a definição de indicadores locais a coletar, construção

de suas respectivas fichas, o mapeamento das fontes para todos os indicadores, solicitação de dados e *follow-up*, bem como tabulação dos resultados coletados, verificação da consistência dos indicadores relatados e elaboração de recomendações. Os detalhes metodológicos para a elaboração do RAPI estão apresentados a seguir, em “Metodologia”.

Trata-se de um documento técnico, que não tem como foco a análise da evolução ou involução dos indicadores. Neste bojo, nota-se a consolidação da Rede de Monitoramento Cidadão (RMC) como uma organização, independente e apartidária, criada com o objetivo de acompanhar, de forma técnica e imparcial, o desempenho da cidade em questões que impactam sua sustentabilidade e a qualidade de vida de seus cidadãos.

Contexto

O Relatório Anual de Progresso dos Indicadores integra o arcabouço instrumental de todas as Redes de Monitoramento Cidadão presentes no país, o qual é sistematizado em três exercícios: 1) Análise de Progresso dos Indicadores; 2) realização da Pesquisa de Opinião Pública e 3) Avaliação de Políticas Públicas, Plano de Ação Sustentável e outras iniciativas. Tais exercícios visam subsidiar o monitoramento e a avaliação da evolução, ou não, das cidades, em busca de sua sustentabilidade de forma periódica, sistemática, técnica, imparcial e colaborativa.

Na Análise de Progresso dos Indicadores, as Redes de Monitoramento Cidadão coletam e acompanham indicadores-base, comuns a todas as cidades e advindos da metodologia CES, além dos indicadores específicos por cidade, determinados pelas próprias RMCs locais. Resulta deste exercício, o presente Relatório de Análise e Progresso dos Indicadores (RAPI).

A Pesquisa de Opinião Pública (POP), por sua vez, visa identificar como os moradores percebem o avanço, ou não, do desenvolvimento sustentável da cidade, e quais os temas consideram mais importantes para o futuro de onde moram. O resultado deste exercício é o Relatório da Pesquisa de Opinião Pública (POP).

Tanto os indicadores presentes no RAPI, quanto os resultados da Pesquisa de Opinião Pública, são comparáveis ao longo do tempo e entre cidades brasileiras e outras latino-americanas e caribenhas, uma vez que os indicadores-base e o questionário da POP são padronizados pela metodologia Cidades Emergentes e Sustentáveis do BID.

O terceiro exercício foca na avaliação das políticas públicas e dos Planos de Ação Sustentáveis de cada cidade, quando houver. As políticas

públicas são avaliadas a partir de seus processos e resultados e tendo como base os resultados da coleta de indicadores objetivos (apresentados no RAPI) e subjetivos (apresentados no relatório da POP). Podem ser realizadas pesquisas qualitativas, comparações, correspondências e análises com o Plano Diretor da cidade, o Plano Plurianual (PPA), o Plano de Metas, atividades legislativas e o orçamento municipal, por exemplo.

Ao integrar o arcabouço instrumental das Redes de Monitoramento Cidadão, a Análise de Progresso dos Indicadores apresenta-se como importante ferramenta para que os cidadãos abordem as questões urbanas a partir do real conhecimento de dados confiáveis e atualizados, e não a partir de perspectivas subjetivas. Além disso, a medida em que o cidadão se apropria de informações sobre seu território, o debate político se torna mais rico, mais participativo e com melhores resultados para toda a população.

Objetivos

O objetivo geral da Análise de Progresso dos Indicadores é auxiliar governo e sociedade a estabelecerem e seguirem prioridades claras e mensuráveis para o desenvolvimento sustentável das cidades e contribuir para a avaliação das políticas públicas urbanas, a partir de uma visão técnica, objetiva e metodologicamente embasada.

Ademais, busca-se comparar os indicadores ao longo do tempo e entre cidades brasileiras, latino-americanas e caribenhas, identificar os principais problemas da cidade e ampliar a participação social e o debate público qualificado em torno dos avanços e desafios da cidade. Para alcançar esses objetivos, este documento traz não só os indicadores em si, mas também recomendações às fontes que forneceram os dados, para que estas possam aprimorar suas metodologias de gestão sobre os dados coletados.

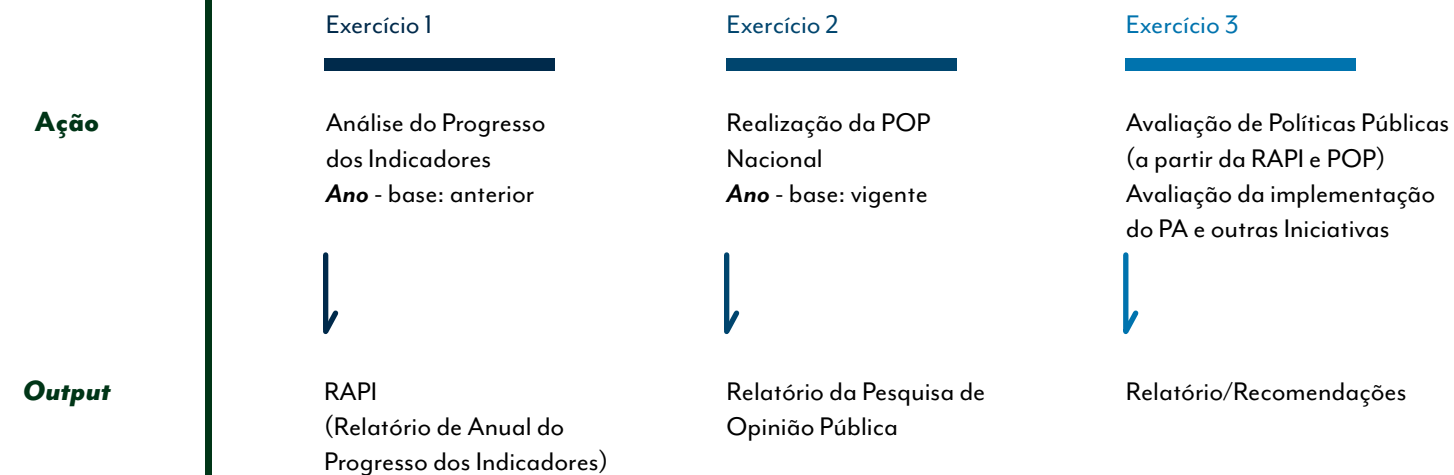


Foto: Juliana Santos
Arquivo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, fornecidas pela Secretaria de Comunicação. Não está autorizado o uso comercial das fotos, reprodução e terceirização.





12
CARTAS



16
FICHA TÉCNICA



18
METODOLOGIA



22
SEMAFORIZAÇÃO DE
JOÃO PESSOA



48
RECOMENDAÇÕES
GERAIS



50
CONSIDERAÇÕES
FINAIS



Hugo Flórez Timorán
Representante do BID Brasil

O desenvolvimento sustentável das cidades é um dos temas expressivos do século XXI. Em todo o mundo, diferentes instituições se debruçam sobre o assunto, buscando soluções criativas para os problemas que se apresentam hoje, e que podem ser agravados pelas mudanças do clima, pela gestão ineficiente dos recursos naturais, humanos e financeiros disponíveis. O Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES) nasceu em 2011 no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como um produto de conhecimento, visando apoiar os países da América Latina e Caribe (ALC) diante do desafio de melhorar a qualidade de vida nas cidades.

As cidades da região registram atualmente uma dinâmica de crescimento populacional e econômico que requer uma gestão moderna, com visão clara do futuro e que conduza ao crescimento ordenado, ao desenvolvimento mais competitivo, resiliente e inclusivo. Não obstante, é essencial considerar que a sustentabilidade urbana é um tema que envolve a todos, e por essa razão, a participação cidadã nos assuntos públicos e na tomada de decisões é fundamental para responder de maneira coerente aos novos problemas que se apresentam, na busca de políticas inclusivas e de longo prazo.

O CES, em sua quinta etapa de implementação, busca promover a consolidação de uma Rede de Monitoramento Cidadão nas cidades que permite acompanhar o impacto das políticas públicas na qualidade

de vida de seus habitantes, e comparar sua evolução com outras cidades mediante um processo de avaliação, discussão e melhoria contínua. Adicionalmente, a consolidação desse monitoramento permite realizar um acompanhamento dos Planos de Ação e dos projetos prioritários definidos por meio da implantação da metodologia, fazendo do CES uma contribuição concreta do BID a essas cidades, como um bem público regional.

A aplicação piloto da metodologia ocorreu em 2011 na cidade de Goiânia/GO e, desde 2013, o BID atua em parceria com a CAIXA na implantação do Programa nas cidades de João Pessoa/PB, Vitória/ES, Florianópolis/SC e Palmas/TO. Em 2015, a cidade de Três Lagoas/MS também foi beneficiada e contou com o apoio do Instituto Votorantim, do BNDES, da Fibria e do Instituto Arapyá. Com o apoio de todas essas instituições parceiras, hoje temos o CES presente em cidades nas diferentes regiões do país, permitindo avançar ainda mais na promoção do desenvolvimento sustentável de cidades brasileiras.

Esperamos que os governos locais e a sociedade se apropriem dos trabalhos exitosos da Rede, e juntos possam concretizar as melhorias desejadas para cada uma dessas cidades, de forma a construir, em um caminho contínuo, o futuro no qual as pessoas se sintam cada vez mais capazes de contribuir com soluções concretas ao desafio de fazer das cidades lugares melhores para se viver.



Gilberto Magalhães Occhi
Presidente da CAIXA

O século 21 foi designado como o século urbano pela ONU, com uma estimativa de 70% da população mundial vivendo em áreas urbanas até 2050. No Brasil, com 85% da sua população em áreas urbanas, esse índice já ultrapassa os padrões mundiais e os cenários futuros. Tanto nas megacidades como nas cidades de menor porte e emergentes, a questão da sustentabilidade tem e terá cada vez mais papel fundamental. Assim, a adequada interpretação dos princípios que envolvem o tripé meio ambiente, desenvolvimento econômico e justiça social deve orientar as práticas de planejamento e gestão municipal, sem perder de vista o processo de transparência e participação no processo de gestão.

Como principal agente de políticas públicas de caráter social e de desenvolvimento urbano do Governo Federal, a CAIXA é importante parceira dos municípios brasileiros, aportando recursos para a viabilização de empreendimentos prioritários para a melhoria da qualidade de vida nas cidades e para o aperfeiçoamento da gestão municipal. Nesse sentido, a CAIXA apoia o processo de implementação do Programa Cidades Emergentes e

Sustentáveis – CES, metodologia desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID, que consiste na formação de redes de monitoramento cidadão que irão contribuir para o fortalecimento de uma cultura de participação do cidadão e de prestação de contas por parte do gestor público. O Programa CES fomenta a eficiência na administração local e incentiva a alocação dos recursos públicos para os setores prioritários da cidade em busca de soluções adequadas para as questões urbanas, visando cidades mais harmônicas e sustentáveis.

Por meio de investimento do Fundo Socioambiental – FSA CAIXA, a Fase 5 da metodologia CES implantou nas cidades de João Pessoa, Goiânia, Vitória, Florianópolis e Palmas redes independentes e representativas responsáveis pelo monitoramento do trabalho do setor público acompanhando os avanços obtidos por cada uma dessas cidades. Essa rede estruturada de monitoramento deve observar as ações dos governos e acompanhar a evolução dos indicadores dos municípios, bem como ser atuante e proativa ao propor projetos e ações que melhorem o desempenho das gestões locais e a qualidade de vida das suas populações.



Fernando Penedo
Coordenador Geral do Projeto Redes de Monitoramento Cidadão Baobá - Práticas Sustentáveis Agência Executora

Ao respondermos à chamada pública de seleção de instituição parceira para o desenvolvimento de Redes de Monitoramento Cidadão nas cidades do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis no Brasil, em maio de 2016, sabíamos que teríamos um trabalho árduo, porém muito gratificante, pela frente. E é com a mesma satisfação que sentimos ao nos tornarmos a Agência Executora do Projeto Redes de Monitoramento Cidadão, em julho de 2016, que apresentamos agora os primeiros RAPI - Relatório Anual de Progresso dos Indicadores.

Esta publicação é o marco de uma longa jornada, que iniciou com a mobilização e o engajamento dos principais atores da cidade, que inclui representantes da academia, mídia, organizações da sociedade civil e setor privado. Juntos, estruturamos uma rede, uma organização de organizações, que tem como objetivo acompanhar, de forma técnica e imparcial, o desempenho de cidades em questões que impactam sua sustentabilidade e a qualidade de vida de seus cidadãos. Foram muitos debates até chegarmos à definição da governança e construímos o Estatuto Social.

Desde a fundação, no início deste ano, as Redes de Monitoramento Cidadão realizaram, sob nossa coordenação, dois importantes exercícios de monitoramento: o levantamento e análise de indicadores de sustentabilidade urbana e uma análise da percepção cidadã. Chegou a hora de compartilhar com a sociedade os resultados destes trabalhos. É hora de difundir, para o maior número de pessoas possível, estas informações, que esperamos que sirvam para a promoção um ciclo virtuoso de debate e geração de conhecimento.

Neste documento estão mais de 130 indicadores técnicos que são coletados junto ao poder público, que abordam 30 temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e à qualidade de vida na cidade. Além dos indicadores em si, este relatório também inclui as recomendações resultantes

de uma análise de consistência dos dados coletados, realizada pelo Grupo de Trabalho de Indicadores, coordenado pelo Grupo Estratégico de Monitoramento das Redes de Monitoramento Cidadão, e por especialistas convidados.

É importante ressaltarmos que os dados aqui publicados são de inteira responsabilidade do poder público. A RMC solicitou e recebeu os dados e a ela compete apenas disseminá-los para a sociedade como um todo. Ao reunir e monitorar estes indicadores de sustentabilidade urbana, a RMC busca apoiar o aprimoramento da qualidade da gestão de informações, contribuindo para a existência de dados mais confiáveis e precisos, com impacto positivo nas políticas públicas desenvolvidas e na sustentabilidade e qualidade de vida na capital.

Encerramos esta carta agradecendo imensamente a confiança que recebemos do Fundo Socioambiental da CAIXA e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, respectivamente apoiador financeiro e parceiro do Projeto Redes de Monitoramento Cidadão do Brasil. Estamos muito orgulhosos de participarmos de uma iniciativa como esta.

Nosso agradecimento também aos integrantes dos GE de Monitoramento e GT de Indicadores. A elaboração deste RAPI não seria possível sem a participação ativa e qualificada de representantes, técnicos e especialistas de diversas organizações convidadas a avaliar o resultado dos indicadores. A eles, nossa gratidão por toda a dedicação à RMC e a seus objetivos. Queremos também agradecer pelo envolvimento dos servidores que atuam nas fontes consultadas, particularmente aqueles vinculados às Prefeituras das cidades participantes, que nos forneceram os dados aqui apresentados.

Desejamos uma boa leitura!



Denise Pinto Gadelha
Presidente da Rede de Monitoramento Cidadão de João Pessoa
Federação das Indústrias do Estado da Paraíba - FIEP



Sinézio Fernandes Maia
Vice-Presidência Técnica
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Frederic Barbotin
Vice-Presidência Administrativa
ESSOR Brasil

A Rede de Monitoramento Cidadão de João Pessoa apresenta o primeiro Relatório Anual de Progresso dos Indicadores - RAPI, coletados durante o exercício de 2017, com ano base 2016. Trata-se de importante atividade da RMC João Pessoa, que tem como finalidade social acompanhar, monitorar e avaliar as ações da nossa cidade em direção à sustentabilidade urbana.

Tal tarefa, a coleta de indicadores a partir da combinação de dados e estatísticas provenientes de diferentes fontes e pesquisas, pode não ser tão simples como parece à primeira vista. Foram 135 indicadores, ligados a 30 temas de sustentabilidade urbana que impactam diretamente na qualidade de vida dos moradores, em sua maioria fornecidos pelo poder público, em especial a Prefeitura Municipal de João Pessoa, como também pelas concessionárias de serviços públicos e Governo Estadual.

Os indicadores são ferramentas úteis para a gestão pública, tanto para revelar a situação atual das políticas públicas, bem como para produzir subsídios que permitam acompanhar sua evolução. Eles se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem

o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Agradecemos aos gestores e servidores públicos responsáveis pelo fornecimento dos dados, em especial à equipe do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável de João Pessoa, pela presteza no atendimento.

Agradecemos especiais aos professores da Universidade Federal da Paraíba - UFPB que de forma voluntária atuaram na coleta e seleção dos indicadores, bem como na análise da consistência dos dados, sem essa contribuição não seria possível o êxito no trabalho. Esse exercício de levantamento de dados será realizado anualmente pela RMC João Pessoa, assim como a Pesquisa de Opinião Pública, que traduz a percepção dos cidadãos e cidadãs sobre o desenvolvimento da cidade e qualidade de vida do local onde vivem.

Esperamos, com a entrega desse Relatório, fomentar a discussão e o planejamento das políticas públicas, contribuindo para fazer de João Pessoa uma cidade mais sustentável.

Desejamos uma boa leitura!

Baobá – Práticas Sustentáveis

Agência Executora do Projeto Redes de Monitoramento Cidadão

**Acordo de Cooperação Financeira com o Fundo Socioambiental da CAIXA (FSA/CAIXA)
Parceria do Banco Interamericano (BID)****REDE DE MONITORAMENTO CIDADÃO NACIONAL**

Fernando Elias Penedo

Coordenador Geral

Cristiane Arruda Vieira Delaiti

Helena Maria Grundig Monteiro

Marcelo Abrantes Linguitte

Tatiana Tombini Wittmann

Equipe Nacional

Andiara Caneo Carneiro Almeida | Vitória/ES

Bruna Ribeiro Silva | Vitória/ES

Grasiela Costa de Lacerda | Florianópolis/SC

Ivonne Ferreira | Palmas/TO

Maria Antônia Valadares de Souza | Palmas/TO

Pollyana de Freitas Andrade Miguel | Goiânia/GO

Rosa Márcia Soares de França | João Pessoa/PB

Equipe Local**REDE DE MONITORAMENTO CIDADÃO DE JOÃO PESSOA**

Denise Pinto Gadelha

*Federação das Indústrias do Estado da Paraíba - FIEP***Presidência**

Sinézio Fernandes Maia

*Universidade Federal da Paraíba - UFPB***Vice-Presidência Técnica**

Frederic Barbotin

*ESSOR Brasil***Vice-Presidência Administrativa**

Rafael Bernardino de Sousa

Associação Comercial da Paraíba - ASCOM/PB

Vilma Pereira de Souza Silva

Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba (CRC/PB)

Márcia dos Santos Couto Dornelles

*Fundação Internacional Unidos do Brasil - FUNIB***Conselho Fiscal****Grupos Estratégicos**

José de Arimatéia Rodrigues de França

*Centro de Apoio às Atividades Populares (CAAP)***Monitoramento**

Francisco Carlos da Silva Linhares

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba - SEBRAE/PB***Competitividade****Associados RMC João Pessoa | Pessoa Jurídica**

Associação Comercial da Paraíba - ASCOM/PB

Centro de Apoio às Atividades Populares (CAAP)

Centro Popular de Comunicação e Cultura

Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba (CRC/PB)

ESSOR Brasil

Federação das Indústrias do Estado da Paraíba – FIEP

Fundação Internacional Unidos do Brasil – FUNIB

Instituto de Paraibano de Estudos Contábeis – IPEC

Piollin Grupo de Teatro

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba - SEBRAE/PB

Sociedade dos Usuários de Tecnologia da Paraíba – SUCESU PB

Casa Pequeno Davi

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Associados RMC João Pessoa | Pessoa Física

Daniel Pereira dos Santos

Erik Alencar de Figueiredo

Flávio Gomes de Pontes

Pier Paolo Bertuzzi Pizzoloto

RELATÓRIO ANUAL DE PROGRESSO DOS INDICADORES

Fernando Elias Penedo

Coordenador Geral

Marcelo Abrantes Linguitte

Coordenação Técnica Nacional

Rosa Márcia Soares de França

Coordenação Técnica Local

Helena Maria Grundig Monteiro

Grasiela Costa de Lacerda

Bruna Ribeiro Silva

Eduardo Vicentin

Apoio Estratégico**Grupo de Trabalho de Indicadores****Professores**

Denise de Azevedo Dieb

Eduardo Viana Lima

Henrique Zeferino Menezes

Ítalo Fittipaldi

Marcelo Burgos Pimentel Dos Santos

Márcia Cristina Silva Paixão

Rejane Gomes Carvalho

Sinézio Fernandes Maia

Wanderleya dos Santos Farias

*Universidade Federal da Paraíba (UFPB)***Apoio**

Arlan Santos Cariri

Arturo de Assunção Santiago Fernandes

Brunno Sítonio Fialho de Oliveira

Iago Ramalho

*Universidade Federal da Paraíba (UFPB)***Equipe do Projeto Gráfico**

Kátia Miller

Responsável

Karla Libardi

Katia Miller

Cintia Maia

Diagramação e infografia

Dionísio Guaitolini

Ilustração

Ruy Cardoso

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Fotos

Érika Pontes

Revisão gramatical

02

METODOLOGIA

Foto: Juliana Santos
Arquivo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, fornecidas pela Secretaria de Comunicação. Não está autorizado o uso comercial das fotos, reprodução e terceirização.

A estruturação das Redes de Monitoramento Cidadão está sob a coordenação da Baobá – Práticas Sustentáveis, Agência Executora do Projeto. Neste primeiro ciclo, de levantamento e análise de indicadores de sustentabilidade urbana, o trabalho foi compartilhado entre a Agência Executora e o Grupo Estratégico (GE) de Monitoramento das Redes, sendo que cada um deles criou um Grupo de Trabalho (GT) composto por especialistas de diversas áreas.

A ilustração abaixo apresenta as etapas necessárias para a realização da Análise do Progresso dos Indicadores:

ETAPA 1
Coleta de dados



ETAPA 2
Análise da
consistência dos dados



ETAPA 3
Relatório

Figura 1. Etapas para realização da Análise do Progresso dos Indicadores.
Fonte: Projeto Redes de Monitoramento Cidadão; Elaboração Baobá – Práticas Sustentáveis; novembro de 2017.

Etapa 1 - Coleta de indicadores

Os trabalhos de coleta de indicadores iniciam-se com uma análise prévia sobre 132 indicadores-base, comuns a todas as cidades, e discussões sobre o interesse em incluir ou criar novos indicadores locais a serem monitorados.

Os indicadores-base são os provenientes do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Eles estão divididos em uma árvore que se inicia por três dimensões da sustentabilidade urbana: sustentabilidade ambiental e mudança do clima, sustentabilidade urbana, sustentabilidade fiscal e governabilidade. Essas dimensões, por sua vez, são subdivididas em 12 pilares, 30 temas e 69 subtemas. Todos esses indicadores estão disponíveis no site do Programa CES (<http://www.iadb.org/es/temas/ciudades-emergentes-y-sostenibles>).

Para identificar possíveis indicadores locais, importantes de serem monitorados pela RMC, foi necessário fazer um levantamento de estudos, pesquisas e dados atuais dos territórios, além de promover debates entre os especialistas do GT. Já para embasar a decisão sobre a inclusão de um novo indicador algumas perguntas foram respondidas, como: (i) algum outro indicador já existente contempla o que o novo indicador sugerido pretende medir?; (ii) o novo indicador contribui de forma única e específica para um entendimento mais adequado de alguma dimensão do desenvolvimento sustentável do município?; (iii) o processo de coleta desse novo indicador é viável, seja em termos de tempo, esforço ou recursos financeiros necessários? Respondidas a essas questões, o novo indicador pode ser criado.

Com o conjunto de indicadores definidos, os próximos passos foram construir um Mapa de Fontes, que identificou as organizações responsáveis por cada um

SOBRE O INDICADOR

- ♦ Há fontes e/ou estudos a serem indicados para a coleta de dados relacionados a este indicador?
- ♦ O dado apresentado tem resultados que apresentam uma variação considerada anormal com relação à média histórica?

REALIDADE DO INDICADOR

- ♦ O dado exprime a realidade do município de forma consistente?
- ♦ Há necessidade de relacionar os dados deste indicador com outro, a fim de exprimir a realidade de forma consistente?

PERIODICIDADE DE COLETA

- ♦ A periodicidade de coleta do dado está adequada ao que o indicador monitora?
- ♦ Alterações na periodicidade implicam em aumento de custos e/ou outros elementos que ampliem a complexidade da verificação?

CONFIABILIDADE DA FONTE

- ♦ A fonte do indicador utiliza processos claros e confiáveis?
- ♦ A metodologia utilizada pela fonte é idêntica ao padrão da metodologia CES (ou da criada nos novos indicadores)? Há necessidade de complementação de informações metodológicas no texto apresentado pela metodologia CES para que a correspondência fique clara?

EXISTÊNCIA DE MAIS DE UMA FONTE PARA O DADO

- ♦ Há outras fontes que possuem dados ou metodologias mais adequadas para esse indicador?
- ♦ Para casos em que o mesmo indicador apresente duas ou mais verificações (fontes) e estas divergem entre si, quais são as possíveis causas da divergência?

dos indicadores, e solicitar que todas as Prefeituras Municipais indicassem um servidor que pudesse atuar como Ponto Focal, sendo responsável pela coleta de informações junto às diferentes áreas e secretarias e envio dos dados à RMC. Nos casos em que não houve Ponto Focal, as diversas fontes foram contatadas diretamente, primeiro por meio de reuniões presenciais, ou à distância, para em seguida o envio de ofícios com a solicitação das informações.

Com o período de coleta dos indicadores concluído, as chamadas “Fichas de Indicadores” tiveram seu preenchimento concluído - as fichas possuem diversas informações originadas da metodologia do Programa CES e outras que auxiliam na compreensão dos indicadores, como a identificação da fonte consultada, série histórica, notas, justificativas das fontes aos dados fornecidos, recomendações, entre outras. A parte final deste relatório apresenta alguns dados dessas fichas.

Concluído o preenchimento de todas as fichas, a próxima etapa do trabalho foi a semaforização dos indicadores, ou seja, a apresentação visual por cores, a partir de benchmarks, para auxiliar a análise. Os indicadores em situação positiva são marcados de verde, os que estão

em situação de alerta de amarelo e para identificar os considerados críticos é utilizado o vermelho. As faixas de valores que determinam a semaforização estão indicadas na ficha de cada indicador. Para facilitar a análise, houve a inclusão de semaforização pelos temas de sustentabilidade urbana, ou seja, dois níveis acima dos indicadores.

Etapa 2 – Análise de Consistência de Indicadores

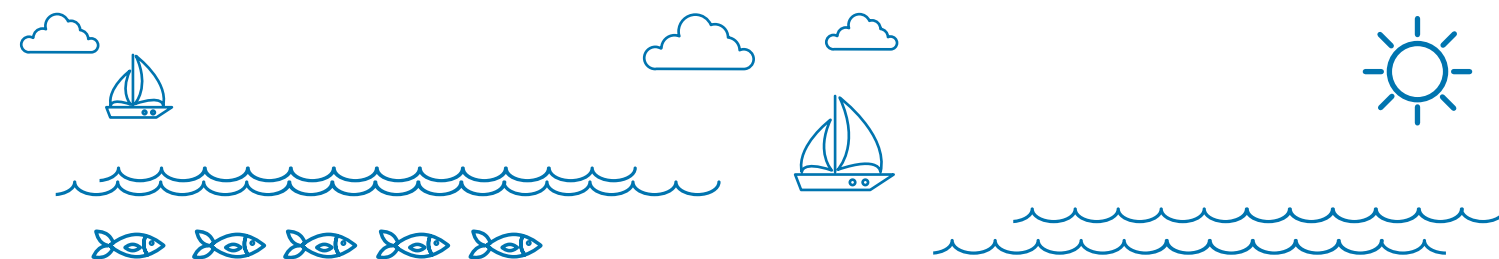
Após a semaforização, a Agência Executora e os GTs de Indicadores realizaram em cada uma das cidades o Workshop de Análise de Consistência de Indicadores, para o qual foram convidados especialistas em diversos temas relacionados à sustentabilidade urbana, com o objetivo de analisar cada indicador coletado e gerar recomendações para o aprimoramento de sua consistência, quando pertinente.

A análise de consistência foi realizada para garantir que o indicador coletado possa ser utilizado como referência em futuras análises qualitativas das políticas públicas (os motivos da evolução, ou não, do dado, por exemplo). Para tanto, foram estabelecidos critérios que subsidiaram a elaboração de perguntas orientadoras aplicáveis ao processo de análise, durante a realização do workshop.

As recomendações específicas por indicador, que também se aplicam para a melhoria da gestão de informações das fontes consultadas, encontram-se ao final deste relatório. Complementarmente, são produzidas recomendações gerais, como anotações sobre aspectos que se repetiram ao longo dos indicadores, sendo, portanto, transversais e comuns a todos ou à maioria deles.

Etapa 3 – Relatório Anual de Progresso dos Indicadores (RAPI)

Os processos acima resultam no presente Relatório Anual de Progresso dos Indicadores (RAPI), que dissemina o resultado deste levantamento e análise de indicadores de sustentabilidade urbana para a sociedade como um todo. A publicação do Relatório Anual de Progresso dos Indicadores pelas Redes de Monitoramento Cidadão busca colocar mais luz sobre os desafios que a sustentabilidade urbana traz e envolver as cidades nessa discussão. Os resultados aqui apresentados, um retrato do momento atual da cidade, são subsídios para uma melhor compreensão de como a sustentabilidade urbana pode contribuir para maiores níveis de qualidade de vida das pessoas e menores impactos sobre o planeta.



QUAL É A ESTRUTURA DOS INDICADORES DA REDE?

3 dimensões

12 pilares

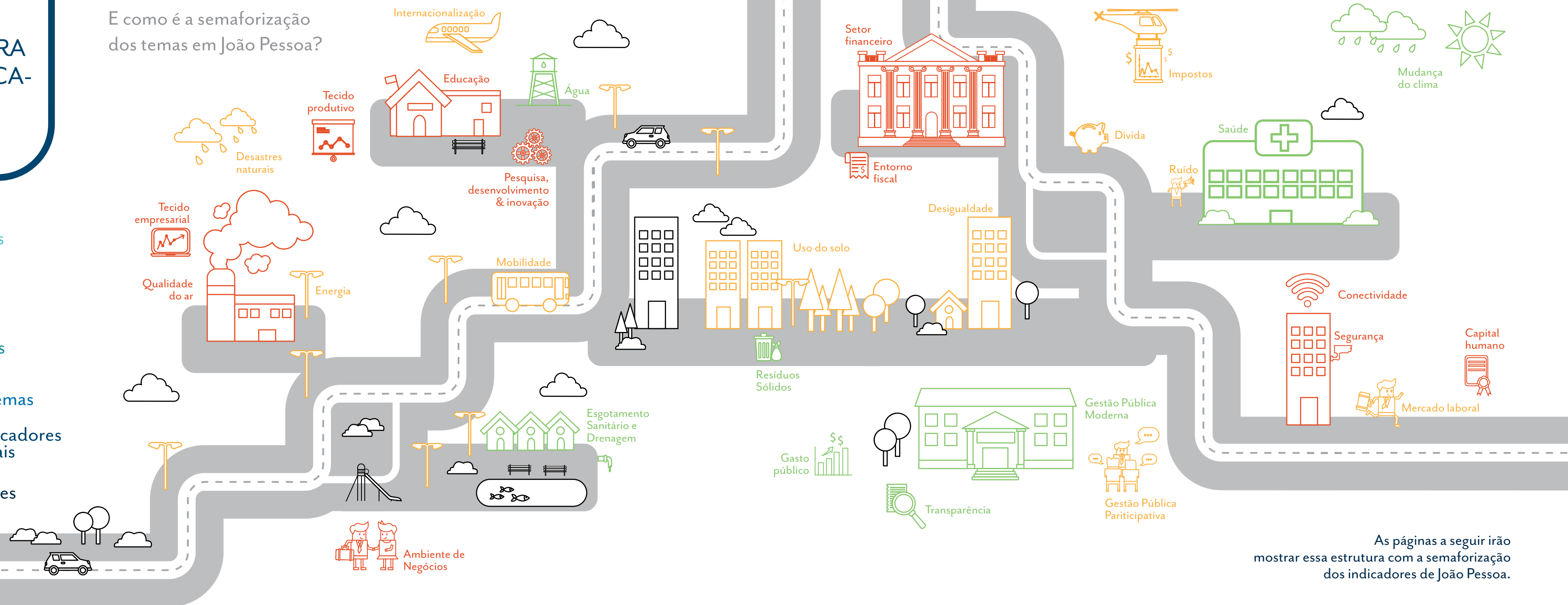
30 temas

69 subtemas

132 indicadores gerais

3 indicadores locais

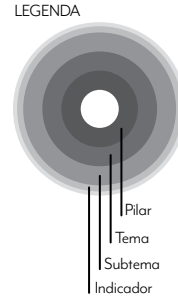
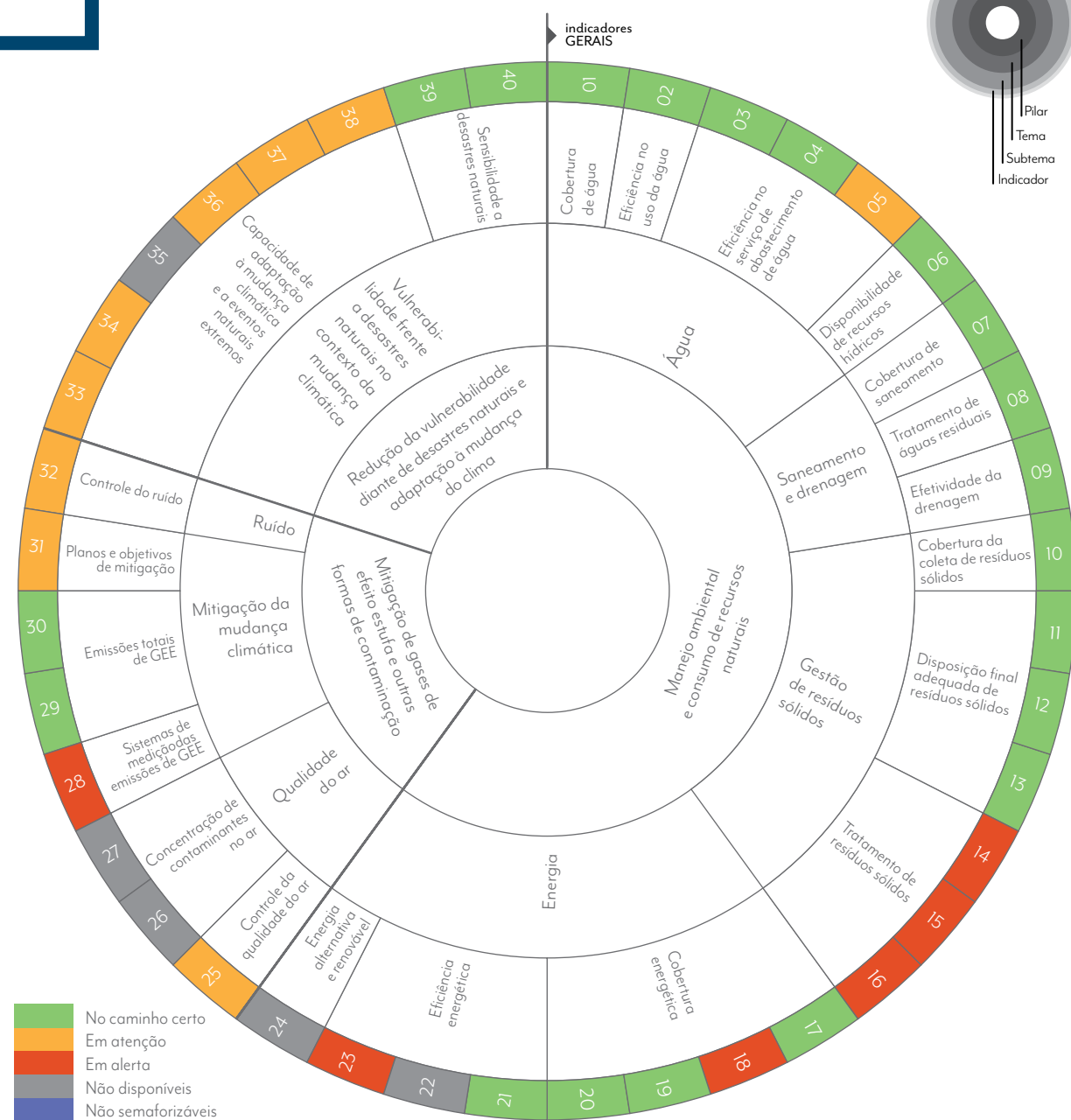
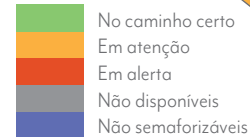
E como é a semaforização dos temas em João Pessoa?



As páginas a seguir irão mostrar essa estrutura com a semaforização dos indicadores de João Pessoa.

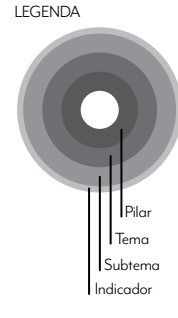
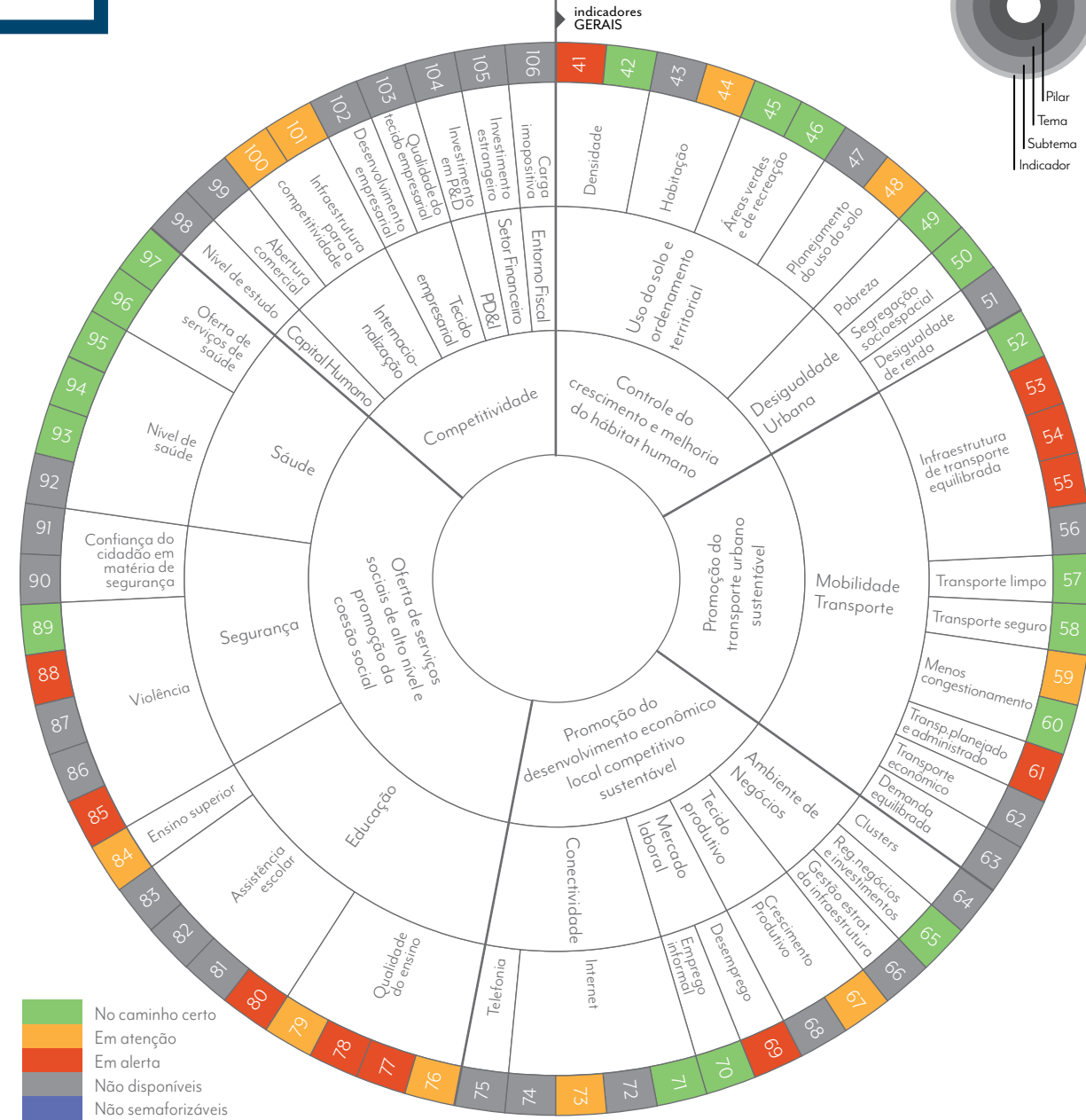
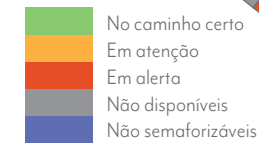
indicadores GERAIS

- Porcentagem de moradias com conexões à rede de água
- Consumo anual de água per capita
- Continuidade do serviço de água
- Qualidade da água
- Água não contabilizada
- Número remanescente de anos de saldo hídrico positivo
- Porcentagem de moradias com ligação ao sistema de esgoto
- Porcentagem de águas residuais tratadas conforme as normas nacionais pertinentes
- Porcentagem de moradias afetadas pelas inundações intensas dos últimos 10 anos
- Porcentagem da população com coleta regular de resíduos sólidos municipais
- Porcentagem de resíduos sólidos municipais dispostos em aterros sanitários
- Vida remanescente útil das instalações do aterro sanitário
- Porcentagem de resíduos sólidos municipais dispostos em lixões, aterros controlados, corpos d'água ou incinerados
- Porcentagem de resíduos sólidos municipais compostados
- Porcentagem de resíduos sólidos municipais separados e classificados para reciclagem
- Porcentagem de resíduos sólidos municipais utilizados como recurso energético
- Porcentagem de domicílios com ligação autorizada à energia elétrica
- Porcentagem de domicílios com ligação autorizada à rede de fornecimento de gás natural
- Quantidade média de interrupções elétricas ao ano por cliente
- Duração média das interrupções elétricas
- Consumo anual residencial de eletricidade por domicílio
- Intensidade energética da economia
- Existência, monitoramento e cumprimento das normas de eficiência energética
- Porcentagem de energia renovável sobre o total de energia gerada
- Existência, monitoramento e cumprimento de normas sobre a qualidade do ar
- Índice de qualidade do ar
- Concentração de MP 10
- Existência e monitoramento de um inventário de Gases de efeito estufa (GEE)
- Emissões de GEE per capita
- Emissões de GEE/PIB
- Existência de planos de mitigação com o objetivo de redução por setor e sistema de monitoramento em vigor
- Existência, monitoramento e cumprimento de normas sobre contaminação sonora
- Existência de mapas de risco
- Existência de planos de contingência adequados para desastres naturais
- Existência de sistemas eficazes de alerta precoce
- Gestão de risco de desastres no planejamento do desenvolvimento urbano
- Porcentagem de produtos a entregar dos instrumentos de planejamento para a gestão de risco de desastres
- Alocação orçamentária para a gestão de risco de desastres
- Infraestrutura fundamental em situação de risco devido a construção inadequada ou localização em área de risco não mitigável
- Porcentagem de moradias em risco devido a construção inadequada ou localização em área de risco não mitigável



indicadores GERAIS

- Taxa de crescimento anual da malha urbana
- Densidade (líquida) da população urbana
- Porcentagem de moradias que não respeitam os padrões de habitabilidade definidos pelo país
- Déficit de moradias quantitativo
- Áreas verdes por 100 mil hab.
- Espaços públicos de recreação por 100 mil hab.
- Existência e implementação ativa de um plano de uso do solo
- Plano mestre atualizado e legalmente vinculante
- Porcentagem da população abaixo da linha de pobreza
- Porcentagem de moradias localizadas em assentamentos informais
- Coefficiente de Gini da renda
- Quilômetros de vias por 100 mil hab.
- Quilômetros de vias dedicadas exclusivamente ao transporte público por 100 mil hab.
- Quilômetros de ciclovias por 100 mil hab.
- Quilômetros de vias pavimentadas e de pedestres por 100 mil hab.
- Distribuição modal
- Idade média da frota do transporte público
- Vítimas mortais de acidentes de trânsito por mil hab.
- Velocidade média de viagem na via pública principal durante horário de pico
- Número de automóveis per capita
- Sistema de planejamento e administração de transporte
- Índice de acessibilidade
- Razão emprego/moradia
- Existência de clusters
- Dias para obter uma licença de negócios
- Existência de uma plataforma logística
- PIB per capita da cidade
- Taxa de crescimento do PIB per capita da cidade
- Taxa de desemprego
- Emprego informal como porcentagem do emprego total
- Assinaturas de Internet de banda larga fixa (por 100 hab.)
- Assinaturas de Internet de banda larga móvel por 100 hab.
- Velocidade de banda larga fixa
- Empresas com web própria
- Assinaturas de telefones móveis por 100 hab.
- Taxa de alfabetismo entre os adultos
- Porcentagem de estudantes com nível satisfatório em provas padronizadas de matemática
- Porcentagem de estudantes com nível satisfatório em provas padronizadas de leitura
- Relação alunos/docentes
- Porcentagem da população de 3 a 5 anos que recebe serviços integrais de desenvolvimento infantil pré-escolar
- Porcentagem da população de 6 a 11 anos matriculada na escola
- Porcentagem da população de 12 a 15 anos matriculada na escola
- Porcentagem da população de 16 a 18 anos matriculada na escola
- Vagas em universidades/100 mil hab.
- Homicídios por 100 mil hab.
- Porcentagem de violência doméstica (nos últimos 12 meses)
- Porcentagem de violência doméstica (durante toda a vida)
- Roubos por 100 mil hab.
- Furtos por 100 mil hab.
- Porcentagem de cidadãos que se sentem seguros
- Taxa de vitimização
- Esperança de vida ao nascer
- Esperança de vida da população masculina ao nascer
- Esperança de vida da população feminina ao nascer
- Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos
- Médicos por 100 mil hab.
- Leitos de hospital por 100 mil hab.
- População ativa com nível superior
- Exportação de bens e serviços
- Aeroportos
- Portos
- Incremento anual de empresas
- Empresas com certificação de qualidade
- Investimento estrangeiro direto
- Tempo empregado para preparar e pagar impostos



indicadores LOCAIS

- L1. Despesa de Pessoal/Receita Corrente Líquida
- L2. Dívida Consolidada Líquida/ Receita Corrente Líquida
- L3. Operações de crédito/ RCL

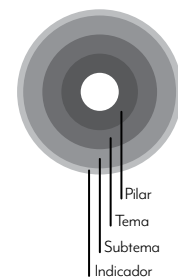
indicadores GERAIS

- 107. Existência de processo de planejamento participativo
- 108. Existência de orçamento participativo
- 109. Sessões públicas de prestação de contas por ano
- 110. Existência de orçamento plurianual
- 111. Remuneração do pessoal com base em sistema de indicadores de desempenho
- 112. Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal
- 113. Existência de sistemas de aquisições eletrônicos
- 114. Índice de transparência
- 115. Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas
- 116. Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros
- 117. Quantidade de informação chave a que o governo dá transparência em seu portal
- 118. Receita própria como porcentagem da receita total
- 119. Transferências totais como porcentagem da receita total
- 120. Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências
- 121. Receita de outras fontes como porcentagem da receita total
- 122. Índice de relevância de receitas de livre disponibilidade de uso (RILD)
- 123. Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais
- 124. Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados
- 125. Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento
- 126. Gastos correntes como porcentagem do total de gastos
- 127. Despesas de capital como porcentagem do total de gastos
- 128. Taxa média de crescimento anual do gasto corrente
- 129. O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores
- 130. Passivos contingentes como porcentagem da receita própria
- 131. Coeficiente do serviço da dívida
- 132. Crescimento da dívida

- No caminho certo
- Em atenção
- Em alerta
- Não disponíveis
- Não semaforizáveis



LEGENDA



SEMAFORIZAÇÃO DOS INDICADORES DE JOÃO PESSOA

Na ficha de cada indicador, utilizada para o levantamento dos dados em João Pessoa, contém (i) as fontes utilizadas para a metodologia de cálculo; (ii) a fonte do indicador detalhada com a organização pública ou privada responsável pelo fornecimento do indicador, a origem do indicador, a área específica na organização, o nome de contato

com cargo/função, telefone e e-mail; (iii) as Diretrizes do Plano Diretor, Plano de Metas ou PPA que se relacionam a este indicador (quando aplicável e se possível correlacionar); (iv) a periodicidade; (v) as recomendações; (vi) as justificativas da fonte; e (vii) notas. As informações completas estarão disponíveis na plataforma da Rede de Monitoramento do Brasil.

Indicadores Gerais

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
1	Porcentagem de moradias com conexões domiciliares à rede de água da cidade	90%–100%	75%–90%	< 75%	CAGEPA	100%		100%
2	Consumo anual de água per capita	120–200	80–120 ou 200–250	< 80 ou > 250	CAGEPA	158		159,88
3	Continuidade do serviço de água	> 20 h/dia	12–20 h/dia	< 12 h/dia	CAGEPA	24		23,88
4	Qualidade da água	> 97%	90%–97%	< 90%	CAGEPA	100%		100%
5	Água não contabilizada	0%–30%	30%–45%	> 45%	CAGEPA	47%		37,54%
6	Número remanescente de anos de saldo hídrico positivo	> 10	5–10	< 5	CAGEPA	25		> 10 Anos
7	Porcentagem de moradias com ligação domiciliar ao sistema de esgoto	> 75%	75%–60%	< 60%	CAGEPA	66,8%		76,00%
8	Porcentagem de águas residuais tratadas conforme as normas nacionais pertinentes	> 60%	40%–60%	< 40%	CAGEPA	100%		100%
9	Porcentagem de moradias afetadas pelas inundações mais intensas dos últimos 10 anos	< 0,5%	0,5%–3%	> 3%	Defesa Civil Municipal	0,16%		0,09%
10	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais	90%–100%	80%–90%	< 80%	EMLUR	100%		100%
11	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários	90-100%	80-90%	<80%	EMLUR	98,99%		100,00%

Legenda:
 ND: Dado não disponibilizado pela fonte;
 NA: Indicador não aplicável à realidade do município;
 NL: Indicador não fazia parte dos indicadores coletados em 2014;

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
		>8	5 - 8	<5				
12	Vida remanescente útil das instalações do aterro sanitário	>8	5 - 8	<5	EMLUR	15		11
13	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em lixões, aterros controlados, corpos d'água ou incinerados	<10%	10 - 20%	>20%	EMLUR	0%		0%
14	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade compostados	> 20%	5-20%	<5%	EMLUR	0%		1%
15	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade separados e classificados para reciclagem	>25%	15-25%	<15%	EMLUR	1,013%		2,300%
16	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade utilizados como recurso energético	>70%	40-70%	<40%	EMLUR	0%		0%
17	Porcentagem de domicílios da cidade com ligação autorizada à energia elétrica	90-100%	70-90%	<70%	Energisa PB	100%		100%
18	Porcentagem de domicílios da cidade com ligação autorizada à rede de fornecimento de gás natural	>25%	15-25%	<15%	PB Gás - Companhia Paraibana de Gás	2,10%		5,14%
19	Quantidade média de interrupções elétricas ao ano por cliente	<10	10-13	>13	Energisa PB	2,16		4,53
20	Duração média das interrupções elétricas	<10	10-18	>18	Energisa PB	3,00		8,83
21	Consumo anual residencial de eletricidade por domicílio (kWh/por domicílio/ano)	1500-3500	900-1500 ou 3500-5000	< 900 kWh/ ou > 5000	Energisa PB	2.316		2.091
22	Intensidade energética da economia	< 116	> 116 e < 150	> 150		ND		ND
23	Existência, monitoramento e cumprimento das normas de eficiência energética	Normas aprovadas, monitoramento frequente e cumprimento adequado	Normas aprovadas, monitoramento inconstante, cumprimento limitado	Normas ineficazes, sem monitoramento ou cumprimento	Energisa PB	Não		Normas ineficazes, sem monitoramento ou cumprimento

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
		>50%	20-50%	<20%				
24	Porcentagem de energia renovável sobre o total de energia gerada	>50%	20-50%	<20%	Balanco Energético Nacional	100,00%		ND
25	Existência, monitoramento e cumprimento de normas sobre a qualidade do ar	Normas aprovadas, monitoramento frequente e cumprimento adequado	Normas aprovadas, monitoramento inconstante, cumprimento limitado	Normas ineficazes, sem monitoramento ou cumprimento	SEMAM	Não		Normas aprovadas, monitoramento inconstante, cumprimento limitado
26	Índice de qualidade do ar	0-50	51-100	>100	SEMAM	ND		ND
27	Concentração de MP 10 (em média em 24 horas em µg/m³)	< 50 MP 10	50-150 MP 10	> 150 MP 10	SEMAM	ND		ND
28	Existência e monitoramento de um inventário de gases de efeito estufa (GEE)	Existência de um inventário específico para a cidade, com sistema de monitoramento e capacidade de implementá-lo	Existência de um inventário baseado em fontes nacionais ou um inventário local, sem monitoramento e capacidade de implementá-lo	Não existe inventário	SEMAM	Não existe inventário		Não existe inventário
29	Emissões de GEE per capita	<5	5-10	>10	SEMAM	ND		1,83
30	Emissões de GEE/PIB	< 0,35	0,35-0,8	>0,8	SEMAM	ND		0,195

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
		Há um plano de mitigação adotado formalmente	Há um plano de mitigação que não foi adotado	Não há nenhum plano de mitigação				
31	Existência de planos de mitigação com o objetivo de redução por setor e sistema de monitoramento em vigor				SEMAM	Não existe plano de mitigação		Há um plano de mitigação que não foi adotado, não tem objetivos quantitativos nem um sistema adequado de monitoramento ou cumprimento
32	Existência, monitoramento e cumprimento de normas sobre contaminação sonora	Normas aprovadas, monitoramento frequente e cumprimento adequado	Normas aprovadas, monitoramento inconstante, cumprimento limitado	Normas não aprovadas, sem monitoramento ou cumprimento	SEMAM	Normas aprovadas, monitoramento inconstante, cumprimento limitado		Normas aprovadas, monitoramento inconstante e cumprimento limitado
33	Existência de mapas de risco	Há mapas de risco, em escala de 1:10.000, que incluem os principais perigos que ameaçam a cidade e consideram cenários de mudança do clima	Há mapas que incluem os principais perigos e que estão disponíveis em escala menos detalhada que 1:10.000 mas não menos detalhada que 1:25.000	Não há mapas de risco ou há mas a escala é menos detalhada que 1:25.000, ou não incluem os perigos principais que ameaçam a cidade	Defesa Civil	Não		Há mapas que incluem os principais perigos que ameaçam a cidade e que estão disponíveis em escala menos detalhada que 1:10.000 mas não menos detalhada que 1:25.000

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
		Plano completo, atualizado e testado uma vez por ano	Plano incompleto, desatualizado ou não foi testado nos últimos 12 meses	Plano incompleto, desatualizado ou não foi testado nos últimos 12 meses				
34	Existência de planos de contingência adequados para desastres naturais				Defesa Civil	Sim		Plano incompleto, desatualizado ou não foi testado mediante simulações nos últimos 12 meses
35	Existência de sistemas eficazes de alerta precoce	Sistema de alerta precoce com múltiplas vias de comunicação e testado uma vez ao ano	Sistema de alerta precoce com múltiplas vias de comunicação e testado nos últimos 24 meses	Não há sistema de alerta precoce ou ele tem só uma via de comunicação, sem testes periódicos	Defesa Civil	Sim		ND
36	Gestão de risco de desastres no planejamento do desenvolvimento urbano	A cidade conta com instrumentos de planejamento para a gestão de risco que atendem as cinco condições descritas na metodologia e também considera os cenários da mudança do clima.	A cidade conta com instrumentos de planejamento para a gestão de risco que atendem as cinco condições descritas na metodologia, mas não considera os cenários da mudança do clima.	A cidade não conta com instrumentos de planejamento para a gestão de risco de desastres que atendam as cinco condições descritas na metodologia	Defesa Civil	"A cidade conta com instrumentos de planejamento (específicos ou integrados) para a gestão de risco de desastres que atendem às cinco condições descritas na metodologia, mas não considera os cenários da mudança climática"		A cidade conta com instrumentos de planejamento (específicos ou integrados) para a gestão de risco de desastres que atendem as cinco condições descritas na metodologia, mas não considera os cenários da mudança climática

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
		> 50%	20%–50%	< 20%				
37	Porcentagem de produtos a entregar dos instrumentos de planejamento para a gestão de risco de desastres que foi completada	> 50%	20%–50%	< 20%	Defesa Civil	ND		25%
38	Alocação orçamentária para a gestão de risco de desastres	A cidade tem acesso a fundos para atender emergências e reduzir os riscos e conta com um sistema para a transferência de riscos	A cidade tem acesso a fundos para atender emergências e reduzir de antemão os riscos de vulnerabilidades	A cidade só tem acesso a fundos para atender emergências	Defesa Civil	Sim		A cidade tem acesso a fundos para atender emergências e reduzir de antemão as vulnerabilidades
39	Infraestrutura fundamental em situação de risco devido a construção inadequada ou localização em área de risco não mitigável	< 10% em todos os setores	10–20% em todos os setores (ou < 10% só em alguns)	> 20% em qualquer setor	Defesa Civil	10%		<10%
40	Porcentagem de moradias em risco devido a construção inadequada ou localização em áreas de risco não mitigável	< 10%	10%–20%	> 20%	Defesa Civil	7,0%		7,5%
41	Taxa de crescimento anual da malha urbana	< 3%	3% - 5%	> 5%	SEMOB	1,02%		6,00%
42	Densidade (líquida) da população urbana	<10%	10 - 25%	>25%	SEPLAN	8.205,94		5.029,46
43	Porcentagem de moradias que não respeitam os padrões de habitabilidade definidos pelo país	< 10%	10-25%	>25%	SEMHAB	41,30%		ND

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
		<10%	10-20%	>20%				
44	Déficit de moradias quantitativo	<10%	10-20%	>20%	SEMHAB	10%		10%
45	Áreas verdes por 100.000 habitantes	>50	20-50	<20	SEPLAN	449,84		289,22
46	Espaços públicos de recreação por 100.000 habitantes	>10	7-10	< 7	SEPLAN	73,1		161,43
47	Existência e implementação ativa de um plano de uso do solo	Há um plano mestre único com componentes ecológicos; a cidade o implementa ativamente	Há um plano mestre único, mas sem componentes ecológicos; não há avanços na implementação	Não há um plano mestre ou o que existe já tem mais de 10 anos	SEPLAN	Existe		ND
48	Plano mestre atualizado e legalmente vinculante	A cidade tem um plano mestre legalmente vinculante que foi atualizado nos últimos 10 anos, e ela o implementa ativamente	"i) a cidade tem um plano mestre legalmente vinculante mas não foi atualizado nos últimos 10 anos; ou ii) a cidade tem um plano mestre que foi atualizado nos últimos 10 anos mas não é legalmente vinculante"	A cidade não tem um plano mestre, ou tem um plano mestre que não é legalmente vinculante nem foi atualizado nos últimos anos	SEPLAN	Existe		Existe

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
		< 15%	10-25%	>25%				
49	Porcentagem da população abaixo da linha da pobreza	< 15%	10-25%	>25%	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	3,74%		4,90%
50	Porcentagem de moradias localizadas em assentamentos informais	< 20%	20%-30%	> 30%	SEM HAB	11,45		15,00%
51	Coeficiente de Gini da renda	< 0,40	0,40-0,49	> 0,49	IBGE	0,63		ND
52	Quilômetros de vias por 100.000 habitantes	< 300	300-400	> 400	SEMOB	566,00		260,76
53	Quilômetros de vias dedicadas exclusivamente ao transporte público por 100.000 habitantes	> 40	10-40	< 10	SEMOB	0,67		2,81
54	Quilômetros de ciclovias por 100.000 habitantes	> 25	15-25	< 15	SEMOB	6,00		7,45
55	Quilômetros de vias pavimentadas e de pedestres por 100.000 habitantes	Mais de quatro vezes a extensão da rede de rodovias	Entre duas e quatro vezes a extensão da rede de rodovias	Menos de duas vezes a extensão da rede de rodovias	SEMOB	1.519		1.052
56	Distribuição modal (especialmente transporte público)	> 65%	50%-65%	< 50%	SEMOB	58,45		ND
57	Idade média da frota do transporte público	< 6	6-12	> 12	SEMOB	4,38		5,41
58	Vítimas mortais de acidentes de trânsito por 1.000 habitantes	< 0,1	0,1 - 0,2	> 0,2	SEMOB	0,149		0,030
59	Velocidade média de viagem na via pública principal durante horário de pico	>30	15-30	<15	SEMOB	Menor que 15 Km/h		18,83 km/h

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
		< 0,3	0,3-0,4	> 0,4				
60	Número de automóveis per capita	< 0,3	0,3-0,4	> 0,4	Denatran / IBGE	0,362	0,230	0,240
61	Sistema de planejamento e administração de transporte	A cidade tem os três elementos	A cidade tem uma pesquisa de origem/ destino recente e tem ou está em via de criar e publicar um plano mestre de transporte baseado na pesquisa ou outros documentos de apoio	A cidade não possui uma pesquisa de origem/ destino feita menos de dois anos antes do momento de medição do indicador	SEMOB	Não		Não
62	Índice de acessibilidade	Até 5%	5-10%	>10%	SEMOB	19%		ND
63	Relação emprego/moradia	1,3:1 a 1,5:1	1,5:1 a 1,7:1	<1,3:1 e > 1,7:1		1,29		ND
64	Existência de clusters	Existe um ou mais clusters desenhados e implementados	Existe um programa ou iniciativa de apoio a clusters	Não existe nenhum programa de apoio ou iniciativas de apoio a clusters		NL		ND
65	Dias para obter uma licença de negócios	<12	12-20	>20	Junta Comercial do Governo da Paraíba - JUCEP	Brasil: 49 a 119 dias		<20 dias (para negócios de baixo risco)

*Os resultados da Anatel para o indicador, embora sejam atuais, não estão municipalizados, razão pela qual a média nacional foi utilizada. Os resultados são os seguintes: 3,9% até 512Kbps, 25% até 2 Mbps, 35% até 12 Mbps, 24,3% até 34 Mbps e 10,9% acima de 34 Mbps. A semaforização se justifica pela elevada porcentagem de linhas abaixo de 12Mbps.

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
66	Existência de uma plataforma logística	Há uma plataforma logística planejada e implementada para o transporte marítimo, aéreo e terrestre	Há uma plataforma logística planejada para pelo menos um tipo de transporte (marítimo, aéreo ou terrestre)	"Não se planejou uma plataforma logística"		Não há plataforma logística		ND
67	PIB per capita da cidade	>9.000	9.000-3.000	< 3.000	IBGE Cidades	US\$ 7,972 (R\$ 13.533,00)		US\$ 6,580
68	Taxa de crescimento do PIB per capita da cidade	>2,5%	2-2,5%	<2%		NL		ND
69	Taxa de desemprego (média anual)	<7%	7 - 12 %	>12 %	IBGE - PNAD Contínua	4,73% (2012)		12,40%
70	Emprego informal como porcentagem do emprego total	<20%	20 - 35 %	>35 %	IBGE - PNAD Contínua	20,28%		7,80%
71	Assinaturas de Internet de banda larga fixa (por 100 habitantes)	> 15%	7-15%	< 7%	ANATEL	13,27		17,35
72	Assinaturas de Internet de banda larga móvel (por 100 habitantes)	> 20%	10-20%	< 10%	ANATEL	27,63		ND
73*	Velocidade de banda larga fixa	> 9	4-9	< 4	ANATEL	NL		Ver "Notas"
74	Empresas com web própria	>60%	50-60%	<50%		NL		ND
75	Assinaturas de telefones móveis (por 100 habitantes)	> 90%	60 – 90%	< 60%	ANATEL	123,58		ND
76	Taxa de alfabetismo entre os adultos	>95%	90-95%	<90%	IBGE	90,40%		91,90%

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
77	Porcentagem de estudantes com nível satisfatório em provas padronizadas de leitura	Semelhante à das cidades exemplares do país (cujos estudantes fizeram a mesma prova)	Semelhante à das cidades pares do país (cujos estudantes fizeram a mesma prova)	Menor do que a das cidades pares do país (cujos estudantes fizeram a mesma prova)	Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb/ INEP	0,859 (Homens) e 0,602 (Mulheres)		19,54%
78	Porcentagem de estudantes com nível satisfatório em provas padronizadas de matemática	Semelhante à das cidades exemplares do país (cujos estudantes fizeram a mesma prova)	Semelhante à das cidades pares do país (cujos estudantes fizeram a mesma prova)	Menor do que a das cidades pares do país (cujos estudantes fizeram a mesma prova)	Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb/ INEP	0,494 - Homens e 0,607 Mulheres		17,53%
79	Relação alunos/docentes	< 15:1	Entre 15:1 e 25:1	> 25:1	SeebINEP	13,90		18,92
80	Porcentagem da população de 3 a 5 anos de idade que recebe serviços integrais de desenvolvimento infantil pré-escolar	>80%	60%-80%	<60%	SeebINEP	31,80%		28,28%
81	Porcentagem da população de 6 a 11 anos de idade matriculada na escola	98 - 100%	95 - 98%	< 95%	SeebINEP	81,20%		ND
82	Porcentagem da população de 12 a 15 anos de idade matriculada na escola	97-100%	90 - 97%	< 90%	SeebINEP	99,50%		ND
83	Porcentagem da população de 16 a 18 anos de idade matriculada na escola	80 - 100%	60 - 80%	< 60%	Seeb/INEP	83,70%		ND
84	Vagas em universidades por 100.000 habitantes	> 5.000	2.500-5.000	< 2.500	INEP	4.381		4.690
85	Homicídios (por 100.000 habitantes)	< 10	10–25	> 25	Atlas da Violência 2017	69,77		59,00
86	Porcentagem de violência doméstica (nos últimos 12 meses)	< 6%	6%–9%	> 9%	SEDS	8%		ND

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
		< 14%	14%-25%	> 25%				
87	Porcentagem de violência doméstica (durante toda a vida)	< 14%	14%-25%	> 25%	SEDS	ND		ND
88	Roubos por 100.000 habitantes	< 300	300-1.000	> 1.000	SEDS	613,21		1152,00
89	Furtos por 100.000 habitantes	< 3.000	3.000-5.000	> 5.000	SEDS	327,42		160,00
90	Porcentagem de cidadãos que se sentem seguros	> 60%	30%-60%	< 30%	SEDS	Pesquisa: 22,7		ND
91	Taxa de vitimização	< 10%	10%-30%	> 30%	SEDS	Pesquisa: 17,9		ND
92	Esperança de vida ao nascer	> 74	70-74	< 70	IDHM - Subíndice Longevidade	74,9 (2010)		ND
93	Esperança de vida da população masculina ao nascer	> 70	64-70	< 64	IBGE	71,1		72,6
94	Esperança de vida da população feminina ao nascer	> 76	70-76	< 70	IBGE	78,8		79,8
95	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos	< 20	20-30	> 30	IBGE Cidades	16,10 (2012)		13,34
96	Médicos por 100.000 habitantes	> 200	75 - 200	< 75	Conselho Federal de Medicina - CFM	522 (2012)		1480
97	Leitos de hospital por 100.000 habitantes	>100	50-100	<50	Sistema Única de Saúde - SUS	435 (2012)		649

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
		>20%	15-20%	<15%				
98	População ativa com nível superior	>20%	15-20%	<15%		NL		ND
99	Exportações de bens e serviços	>24%	20-24%	<20%		NL		ND
100	Aeropostos	Dispõe de um aeroporto nacional e internacional no mesmo município, na área metropolitana ou nos municípios circunvizinhos	Dispõe de um aeroporto nacional no município, na área metropolitana ou nos municípios circunvizinhos	Não dispõe de um aeroporto nacional nem internacional, nem no município, área metropolitana ou municípios circunvizinhos	Infraero	NL		Dispõe de um aeroporto internacional na região metropolitana (Bayeux)
101	Portos	Dispõe de um porto marítimo ou fluvial no mesmo município	Dispõe de um porto marítimo ou fluvial na área metropolitana ou nos municípios circunvizinhos	Não dispõe de um porto marítimo ou fluvial nem no município, área metropolitana ou municípios circunvizinhos		NL		Sim, na região metropolitana (Cabedelo)
102	Crescimento anual de empresas	>2%	1-2%	<1%		NL		ND
103	Empresas com certificação de qualidade	>20%	10-20%	<10%		NL		ND
104	Gasto em Pesquisa e Desenvolvimento	>0,5%	0,3-0,5%	<0,3%		NL		ND
105	Investimento estrangeiro direto	>3%	2-3%	<2%		NL		ND
106	Tempo empregado para preparar e pagar impostos	<12,5	12,5-14,5	>14,5		NL		ND

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
107	Existência de um processo de planejamento participativo	Planejamento participativo com: a) estrutura legal; b) consultas; c) opiniões recolhidas; d) divulgação pública de resultados; e) incorporação dos resultados aos objetivos e às metas do plano	O planejamento não é totalmente participativo: a) é parte da estrutura legal; b) sem consulta; c) as opiniões não são recolhidas; d) os resultados são divulgados parcialmente; e) alguns resultados são incorporados aos objetivos e às metas do plano	O planejamento não é participativo: a) não há estrutura legal; b) sem consulta; c) não se recolhem opiniões e d) não são divulgados os resultados; e) não há informação nova a incorporar aos objetivos e às metas do plano	Prefeitura do Município de João Pessoa	Sim		Sim
108	Existência de um orçamento participativo	Participação da sociedade civil na definição de pelo menos 10% do total do orçamento	Participação da sociedade civil na definição de um valor inferior a 10% do total do orçamento	Não há um orçamento participativo	Prefeitura do Município de João Pessoa	Sim, mas não há porcentagem do orçamento definida		Sim
109	Sessões públicas de prestação de contas por ano	Mais de uma sessão pública de prestação de contas	Uma sessão pública anual de prestação de contas	Não há sessões públicas anuais de prestação de contas	Prefeitura do Município de João Pessoa	14		Não

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
110	Existência de um orçamento plurianual	A cidade tem um orçamento projetado para os próximos três anos	A cidade tem um orçamento projetado para os próximos dois anos	O orçamento só contempla um ano	Prefeitura do Município de João Pessoa	Sim		Sim
111	Remuneração do pessoal com base em um sistema de indicadores de desempenho	Mais de uma sessão pública de prestação de contas	Uma sessão pública anual de prestação de contas	Não há sessões públicas anuais de prestação de contas	Prefeitura do Município de João Pessoa	Não		Sim
112	Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal	A cidade tem um orçamento projetado para os próximos três anos	A cidade tem um orçamento projetado para os próximos dois anos	O orçamento só contempla um ano	Prefeitura do Município de João Pessoa	Sim, manual		Sim, manual
113	Existência de sistemas de aquisições eletrônicos	Há um sistema de aquisições eletrônico online aberto ao público que divulga as chamadas e os resultados das licitações públicas	Há um sistema de aquisições eletrônico, mas ele não divulga os resultados das licitações públicas	A municipalidade não dispõe de um sistema de aquisições eletrônico	Prefeitura do Município de João Pessoa	Não		Sim

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
114	Índice de transparência	> 6	3,0–6,0	< 3,0	Controladoria Geral da União - CGU	6,15		9,16
115	Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas	Porcentagem de contas auditadas superior a 50%	30%–50%	< 30%	Prefeitura do Município de João Pessoa	100%		100%
116	Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros	80%–100%	80%–100% são auditadas, mas não por uma organização privada independente, ou entre 50% e 80% das são auditadas por uma empresa privada independente	< 50%	Prefeitura do Município de João Pessoa	N/A		As contas são auditadas por diferentes órgãos de controle: Tribunal de Contas do Estado - TCE (Prestações de contas anuais obrigatórias), Tribunal de Contas da União - TCU e Controladoria Geral da União - CGU, de acordo com a origem dos recursos.

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
117	Quantidade de informação chave a que o governo da cidade dá transparência em seu portal	Os itens de informação são incluídos de forma oportuna, clara e desagregada no portal eletrônico e outros canais de comunicação com a cidadania: (i) planejamento da cidade; (ii) orçamento anual; (iii) Estrutura e execução orçamentária; (iv) os processos de contratações realizados e; (v) o organograma e serviços.	Ao menos três dos itens descritos anteriormente são incluídos de forma oportuna, clara e desagregada no portal eletrônico e outros canais de comunicação com a cidadania	Dois ou menos dos itens descritos anteriormente são incluídos de forma oportuna, clara e desagregada no portal eletrônico e outros canais de comunicação com a cidadania	Prefeitura do Município de João Pessoa	NL		100%
118	Receita própria como porcentagem da receita total	Semelhante à das cidades exemplares (de melhores práticas) do país	Semelhante à das cidades pares do país	Menor em comparação com a das cidades pares	Secretaria da Receita Municipal	29,73%		27,05%

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
119	Transferências totais como porcentagem da receita total	Semelhantes às das cidades exemplares do país	Semelhantes às das cidades pares do país	Maiores em comparação com as das cidades pares	Secretaria da Receita Municipal	67,87%		67,36%
120	Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências	Semelhantes às das cidades exemplares (de melhores práticas) do país	Semelhantes às das cidades pares do país	Maiores em comparação com as das cidades pares	Secretaria da Receita Municipal	45,29%		42,90%
121	Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total	Semelhante à das cidades exemplares do país	Semelhante à das cidades pares do país	Maior em comparação com a das cidades pares	Secretaria da Receita Municipal	ND		ND
122	Índice de relevância de receitas de livre disponibilidade de uso (RILD)	≥ 77% ≥ 80% ≥ 75% ≥ 76%	> 54% e < 77% > 61% e < 80% > 75% e < 46% > 56% e < 76%	≤ 54% ≤ 61% ≤ 46% ≤ 56%		ND		ND
123	Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais	≥ 90%	> 50% e < 90%	≤ 50%	Secretaria da Receita Municipal	NA		19,74%
124	Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados	Semelhante à das cidades exemplares do país	Semelhante à das cidades pares do país	Menor em comparação com a das cidades pares	Secretaria da Receita Municipal	ND		96,93%

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
125	Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento	Há indicadores de desempenho e metas com acompanhamento periódico, e seus resultados são incorporados ao orçamento seguinte	Há indicadores de desempenho e metas, mas sem acompanhamento periódico, e seus resultados não são incorporados ao orçamento seguinte	Não há indicadores de desempenho nem metas para o acompanhamento do orçamento	Secretaria da Receita Municipal	Sim		Sim
126	Gastos correntes como porcentagem do total de gastos	Semelhantes aos das cidades exemplares do país	Semelhantes aos das cidades pares do país	Maiores em comparação com os das cidades pares	Secretaria da Receita Municipal	88,91%		95,30%
127	Despesas de capital como porcentagem do total de gastos	Semelhantes aos das cidades exemplares do país	Semelhantes aos das cidades pares do país	Menores em comparação com os das cidades pares	Secretaria da Receita Municipal	11,09%		4,70%
128	Taxa média de crescimento anual do gasto corrente	Semelhante à das cidades exemplares do país	Semelhante à das cidades pares do país	Maior em comparação com a das cidades pares	Secretaria da Receita Municipal	16,38%		5,00%
129	O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores	Mais de 70% dos programas do orçamento coincidem com os do plano de desenvolvimento do governo	Entre 30% e 70% dos programas do orçamento coincidem com os do plano de desenvolvimento	Menos de 30% dos programas do orçamento coincidem com os do plano de desenvolvimento ou nem existe um plano	Secretaria da Receita Municipal	Sim		Sim

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
		< 30%	30%–70%	> 70%				
130	Passivos contingentes como porcentagem da receita própria	< 30%	30%–70%	> 70%	Secretaria da Receita Municipal	ND		ND
131	Coefficiente do serviço da dívida	< 10%	10%–20%	> 20%	Secretaria da Receita Municipal	6,48%		2,77%
132	Crescimento da dívida	A taxa de crescimento real anual é negativa	A taxa de crescimento real anual entre 0% e 2%	A taxa de crescimento real anual é superior a 2%	Secretaria da Receita Municipal	16,32%		-2,21%

Indicadores Locais

Nº	Indicador	Valores de Referência			Fonte	2014	2015	2016
		menor 51,3%	Entre 51,3% e 54%	Acima 54%				
L1	Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida	menor 51,3%	Entre 51,3% e 54%	Acima 54%	Secretaria da Receita Municipal	ND		ND
L2	Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida	Menor 80%	Entre 80 e 120%	Acima 120%	Secretaria da Receita Municipal	ND		ND
L3	Operações de crédito / RCL	Menor 10%	Entre 10 e 16%	Acima 16%	Secretaria da Receita Municipal	ND		ND

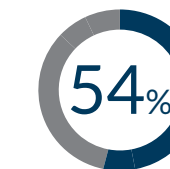
Destaques do processo de coleta (etapa 1) e análise de consistência (etapa 2)

Número do indicador

Destaque

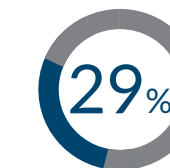
1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 25, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 40, 42, 44, 48, 49, 50, 54, 57, 59, 60, 61, 67, 69, 70, 71, 73, 76, 79, 80, 84, 90, 91, 93, 94, 95, 100, 101, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 131 e 132.

Sem recomendações



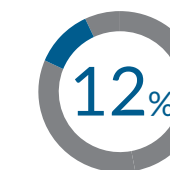
22, 24, 26, 27, 35, 43, 47, 51, 56, 62, 63, 64, 66, 68, 72, 74, 75, 81, 82, 83, 86, 87, 90, 91, 92, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 121, 122, 130, L1, L2 e L3.

Dados não disponibilizados pela fonte ou que não atenderam a orientação metodológica solicitada pela Rede de Monitoramento Cidadão



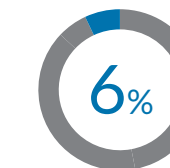
20, 37, 39, 41, 45, 46, 52, 53, 55, 58, 65, 77, 78, 88, 89, 96 e 109.

Os resultados apresentam uma variação considerada anormal, com relação à primeira coleta. Por meio de ofício, será recomendado à Prefeitura Municipal de João Pessoa avaliar a discrepância, com vistas ao próximo ciclo de coleta de indicadores.



5, 6, 28, 29, 30, 85, 97, 116 e 125.

Indicadores que serão objeto de ofícios para as fontes com recomendações ou pedidos de esclarecimentos



03

recomendações GERAIS

Foto: Rafael Passos
Arquivo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, fornecidas pela
Secretaria de Comunicação. Não está autorizada o uso comercial das fotos, reprodução e terceirização.

1. Envolvimento na coleta de indicadores

A Prefeitura de João Pessoa teve um envolvimento muito relevante nesta primeira coleta da RMC. Para o próximo ciclo de coleta de indicadores, sugere-se que ela mantenha esse nível de envolvimento no fornecimento das informações solicitadas pela RMC local, atentando para o volume significativo de dados não disponibilizados, principalmente com relação aos temas de educação e competitividade. Este último, apesar de novo no processo de coleta dos indicadores CES, traz uma contribuição relevante para o município e deve ser compreendido de forma transversal às secretarias municipais, podendo ser capitaneado pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) ou pela Secretaria do Trabalho, Produção e Renda (SETRAB).

2. Fontes Nacionais

Conforme já mencionado, muitas informações não foram fornecidas diretamente pela Prefeitura de João Pessoa. Elas foram obtidas pela equipe da Agência Executora junto a órgãos nacionais ou estaduais que possuem tais dados. Recomenda-se que a Prefeitura avalie as fontes consultadas e indicadas neste material, e faça diretamente a coleta junto a elas, como forma de aprimoramento da gestão de suas informações e base de dados.

3. Variações com relação a indicadores levantados em 2014

Ao longo da verificação, foi possível identificar que muitos indicadores apresentaram variações significativas em relação ao primeiro levantamento, realizado em 2014. Recomendamos que os dados sejam revistos, para confirmação ou retificação, com a finalidade de manter uma série histórica coerente, aprimorar a gestão de dados da Prefeitura e apresentar dados precisos para a próxima rodada de levantamento (2018).

04

considerações FINAIS

Foto: Ruy Cardoso

Este ano, a RMC teve seu período de estruturação e avaliação de instrumentos e estratégias de coleta e análise de indicadores. Portanto, é natural que haja um processo de aprendizado que incluí pontos a melhorar nos próximos ciclos. Com base na análise dos indicadores e na experiência de coleta em si junto à Prefeitura de João Pessoa, temos os seguintes comentários:

1. Ao iniciar-se um novo ciclo de coleta e análise de indicadores é recomendável que a Prefeitura mantenha a estratégia, utilizada atualmente, de definir um ponto focal que possa assumir o compromisso formal, junto às diversas secretarias, de centralizar a mobilização interna ao poder público municipal e, eventualmente, a outros órgãos da gestão pública que são fontes de dados para a RMC. A partir de 2018, sugere-se que, em conjunto com o ponto focal, seja construído um cronograma de ação confortável para ele e para a Prefeitura e, simultaneamente, adequado às necessidades da RMC. Nossa experiência neste ano demonstrou que a ausência de um cronograma previamente acordado entre os atores, que contemplasse feedbacks periódicos, gerou duplicidade de esforços, atrasos em coletas e desgastes desnecessários.
2. Um aspecto que nos parece relevante é que, ao se iniciar o processo de coleta de indicadores, o Ponto Focal escolhido reúna os representantes das diferentes secretarias para que sejam apresentados aos indicadores do CES (e indicadores locais, caso existam), sendo esclarecidas dúvidas sobre as fichas desses indicadores e suas memórias de cálculo, planejamento da coleta, forma de feedback etc. Essa capacitação faz com que os representantes das secretarias e demais órgãos públicos tenham clareza sobre

a coleta e seu cronograma. A experiência deste ano demonstrou que um período de 45 dias é suficiente para o retorno dos indicadores pelas fontes. Essa devolutiva deverá se dar sempre através do Ponto Focal, que irá centralizar as comunicações internas à Prefeitura e a mobilização das secretarias para a resposta. Deve ser evitada a pulverização da cobrança de indicadores pela RMC diretamente junto a diferentes fontes (como áreas e secretarias da Prefeitura), pois acarretará maior volume de trabalho e ruídos entre os diferentes profissionais e a RMC.

3. Após essa capacitação, com o objetivo de formalizar a solicitação dos indicadores já apresentados à Prefeitura, a RMC deverá enviar ofício à prefeitura e a outros órgãos dos níveis municipal, estadual e federal, indicando quais os indicadores que são esperados receber dessas fontes.
4. Ainda que se considere que muitos dos indicadores avaliados pela RMC já estejam contemplados em instrumentos de políticas públicas municipais, vale sugerir que a Prefeitura avalie a possibilidade inseri-los, todos, nesses instrumentos, fazendo com que o tema de sustentabilidade urbana esteja presente no marco legal municipal.
5. A RMC considerou relevante que, a partir do próximo ciclo de coleta (2018), o workshop de avaliação da consistência dos dados, que foi realizado com especialistas em outubro, pudesse contar com a presença de técnicos de diferentes secretarias para auxiliar com esclarecimentos e dúvidas que surgirem.
6. Finalmente, a RMC gostaria de agradecer ao empenho da Prefeitura, e a seu Ponto Focal, por sua dedicação e colaboração no fornecimento de dados que possibilitaram a análise da sustentabilidade urbana de João Pessoa.

Projeto Gráfico

Esta publicação foi elaborada em 28 x 21 cm, com mancha gráfica de 20,2 x 16,3 cm, fonte Mr Eaves 9pt e Lato 10pt, papel Couchê fosco 115 g/m² e Duo Design 350 g/m², colorido, impressão offset, acabamento dobrado, encadernação colado quente e laminação fosca.

É permitida a reprodução parcial ou total deste material desde que citada a fonte Baobá - Práticas Sustentáveis, 2017, para o Projeto Redes de Monitoramento Cidadão, que tem o apoio financeiro do Fundo Socioambiental da CAIXA (FSA/CAIXA) e parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Dezembro de 2017.

1ª edição.

